



Anais da Assembléia

N.º 114

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 1.980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 1.980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Lázaro Dumont.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcio Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Trajano Bastos e Werner Wanderer (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Airton Cordeiro, Carlos Zanlorenzi, Davi Cheriegate, Egon Pudell, Francisco Escorsin, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (17). Em licença, o Sr. Deputado João Elisio (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ RIBEIRO, ocorrido no último dia 25, na Cidade de Terra Rica, neste Estado.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1.980

a) Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Terra Rica foi colhida no último dia 25 com a perda de JOSÉ RIBEIRO, pioneiro daquela região, aos 94 anos de idade.

Agricultor, homem dos mais respeitados naquela ci-

dade, de tradicional família e que plantou raízes naquela região. Ao registrar seu passamento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplos para os que ficam e para as gerações de amanhã.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações, pela passagem do "Dia da Secretária", em data de hoje.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1.980

a) Túlio Zanchet.

JUSTIFICATIVA:

A complexidade da vida moderna, com seus múltiplos encargos e compromissos exigem uma gama incontável de informações, contatos e decisões transformando cada escritório, cada empresa, num verdadeiro mundo particular.

Destaca-se nele a figura da Secretária.

Não raras vezes, apenas quando da sua falta notamos quanto seu trabalho é imprescindível, quanto sua ausência transforma num vazio o ambiente de trabalho e quantas, realmente, são suas atribuições. Sua ausência descontrola tudo. Sua presença tudo controla.

A descrição quanto aos assuntos que por ela tramitam, a atenção e delicadeza no trato com o público, a prestimidade em fornecer as informações, a execução pontual e exata das tarefas, a ordem e o método na sua atividade fazem da Secretária um elemento indispensável ao bom funcionamento de qualquer empresa.

Ao saudarmos a Secretária em seu dia empostamos também o nosso apoio no sentido de que seja regulamentado um curso técnico de nível superior para a formação de Secretárias Executivas, que é hoje, a aspiração mais imediata da Associação das Secretárias, em especial a do nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações pela passagem do Centenário da Imigração Alemã.

Tal comemoração vem de ser ressaltada em nosso Estado através da Comunidade Luterana de Imbituva.

É de se distinguir que a etnia germânica trouxe ao nosso Estado e ao Brasil, destacando-se a região Sul, contribuições das mais importantes quer na cultura como nos demais setores sócio-econômico, razão pela qual esta Casa não pode deixar de registrar tão importante acontecimento.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Ernesto Neiwerth — Presidente da Comunidade Luterana de Imbituva.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins, primeiro orador inscrito.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Lê)

“Encaminho à apreciação dos Srs. Deputados, requerimento que deve ser dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Ney Braga, encaminhando minuta de projeto de lei que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias, o fornecimento de alimentação e bebidas, para hotéis, restaurantes e similares, desde que considerados de interesse turístico.

Não há dúvida nenhuma que o hotel, o restaurante, a churrascaria, etc., constituem a base da indústria do turismo. E o Estado, a cidade que não tiver esse alicerce, não pode pensar em fazer turismo.

E a isenção do ICM aos estabelecimentos citados, constitui em medida altamente benéfica para o turismo do Paraná, incentivando maior número de instalações congêneres.

São Paulo foi o Estado pioneiro a atender, de maneira especial aos hotéis, restaurantes e similares, conforme Decreto-Lei de 27 de maio de 1.969.

Outros Estados, também já tomaram medidas nesse sentido, incentivando as instalações de estabelecimentos compatíveis com a classe dos turistas.

Após pesquisa minuciosa das vantagens que advirão da comprovação de sugestão que faço ao Governo do Estado, apresento sugestão através do projeto de lei, que passo a ler:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido a Casa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, General Ney Aminthas de Barros Braga, minuta do projeto de lei que isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias o fornecimento de alimentação e bebidas, por hotéis, restaurantes e similares, desde que considerados de interesse turístico.

Está incluso também, nesse projeto de lei, a isenção do Imposto de Bens Imóveis destinados à construção de hotéis, restaurantes e similares em áreas consideradas de interesse turístico.

Na confiança do espírito social e progressista que reina no Poder Executivo, fica no aguardo da devolução deste requerimento, após o relatório do Setor Competente de Turismo PARANATUR e Conselho Paranaense de Turismo.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1.980

a) Cyro Martins.

PROJETO DE LEI

SÚMULA: Isenta do Imposto de Circulação de Mercadorias, estabelecimentos de interesse turístico, bem como do Imposto de Transmissão de imóveis destinados a construção de interesse turístico.

Art. 1.º — Fica isento do Imposto de Circulação de Mercadorias o fornecimento de alimentação e bebidas por hotéis, restaurantes e similares, já instalados ou que vierem a sê-lo neste Estado, desde que considerados de interesse turístico.

Parágrafo Único — A isenção será concedida por despacho do Secretário dos Negócios das Finanças, pelo prazo de 5 (cinco) anos, mediante requerimento em que comprove:

I — para os estabelecimentos já existentes:

a) que suas instalações ou ampliações tenham sido aprovados pelo Conselho Paranaense de Turismo;

b) que o estabelecimento se localize em área ou cidade, considerada de interesse turístico por ato do Poder Executivo;

c) que o estabelecimento tenha sido declarado de interesse turístico pelo Conselho Paranaense de Turismo.

II — para os estabelecimentos a serem instalados:

a) que o estabelecimento tenha o seu projeto de construção aprovado pelo Conselho Paranaense de Turismo;

b) que o estabelecimento se localize em área considerada de interesse turístico por ato do Poder Executivo;

c) que o estabelecimento tenha sido declarado de interesse turístico pelo Conselho Paranaense de Turismo.

Art. 2.º — Ficam isentas de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação deste Decreto-Lei, as aquisições de Imóveis destinados à construção, instalação ou ampliação de hotéis, restaurantes e similares, em áreas consideradas de interesse turístico por ato do Poder Executivo.

Parágrafo 1.º — A isenção será concedida por despacho do Secretário das Finanças, mediante requerimento em que se comprove:

a) que o imóvel adquirindo se destina à construção, instalação ou ampliação de estabelecimento cujo projeto tenha sido aprovado pelo Conselho Paranaense de Turismo;

b) que o imóvel se localize em área considerada de interesse turístico por ato do Poder Executivo.

Parágrafo 2.º — O prazo para início da construção será 12 (doze) meses contados da data da concessão da isenção, devendo estar concluído em 5 (cinco) anos. Caso se trate de instalação ou ampliação, estas deverão ter início de 6 (seis) meses e estar completadas em 2 (dois) anos.

Parágrafo 3.º — A isenção será cassada a qualquer tempo, no caso de inobservância do disposto no parágrafo anterior, ou se, dentro de 10 (dez) anos, contados da aquisição, for dado ao imóvel, destino diverso daquele que motivou o favor fiscal.

Art. 3.º — O disposto nos artigos anteriores, poderá ser estendido, a critério do Secretário dos Negócios das Finanças, a outros empreendimentos de interesse turístico, assim declarados pelo Conselho Paranaense de Turismo.

Art. 4.º — Dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da concessão, deverão os contribuintes beneficiados com qualquer dos favores previstos neste Decreto-Lei comprovar que seu empreendimento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Turismo, na forma da legislação federal que rege a matéria.

Parágrafo 1.º — Ocorrendo motivo justo, o prazo estabelecido neste artigo poderá ser prorrogado, a critério da Secretaria dos Negócios das Finanças, desde que o interessado o requeira antes de seu término.

Parágrafo 2.º — A inobservância do disposto neste artigo importará na automática revogação do benefício concedido.

Art. 5.º — O Conselho Paranaense de Turismo, na apreciação dos pedidos cuja competência lhe é atribuída por este Decreto-Lei, deverá, além de outras que julgar necessárias, observar, no que for aplicável, as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Turismo.

Art. 6.º — Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de 1.980

a) Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:

O turismo e sua valorização não se condiciona, exclusivamente, aos bens financeiros que proporciona, mas revela o grau de cultura de quem as promove e a potencialidade ambiental, advindo, daí em acentuados reflexos as fontes de trabalho e a riqueza, enfim.

O amparo das autoridades a esses estabelecimentos ou regiões turísticas deve ser ativo e constante facultando comodidade para os que freqüentam.

O projeto que apresentamos, ainda que exprima, em seu conteúdo, pequena parcela a tão alto cometimento, demonstra, contudo, o interesse dos poderes públicos em proporcionar sua participação a essa fonte de comércio e de elevação cultural.

Conscio dos bons propósitos que animam este Poder Legislativo, apresento este projeto de lei, que submetido ao Poder Executivo, será aprovado pelos nobres Deputados que compõem esta Casa de Lei, na participação valiosa em prol do progresso de nosso Estado."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos apresentando este projeto de lei, que temos observado e analisado com certa profundidade que outros Estados estão levando vantagens com respeito a este benefício que eles estão oferecendo as atividades turísticas, principalmente a restaurante e hotéis.

O Estado de São Paulo, desde 1.969 já mantém esta isenção. E é importante para o Paraná que precisa reativar, que precisa melhorar as condições de turismo, principalmente no litoral, Antonina, Morretes, e não podemos esquecer também de Paranaguá, Vila Velha e Foz do Iguaçu.

Esse projeto de lei, gostaria que fosse apreciado de uma forma bastante profunda pelo Poder Executivo e seja aprovado para melhorar as condições da indústria sem chaminé do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz. Havendo declinado, passaremos ao Grande Expediente, e com a palavra o Deputado Nelson Friedrich. Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na data de hoje será votado no Congresso Nacional a Emenda Constitucional n.º 57/80, que estabelece que no mínimo 12% do Orçamento Nacional se destina à educação. E a Associação dos Professores do Paraná, está nesta data, inclusive determinando e sugerindo aos Srs. professores que na data de hoje se mude o tema da sua aula e que se discuta mais verbas para a educação.

Realmente, o problema deve ou deveria chamar a atenção da classe política, porque de fato estamos no limiar de uma nova greve da educação. Temos absoluta certeza que chamados os senhores professores para a Assembléia Geral que será realizada na Cidade de Ponta Grossa, no próximo dia 20 de outubro, o professorado novamente entrará em greve com sérios prejuízos não só aos alunos como aos próprios professores.

Falar sobre a legalidade ou não da greve do funcionário público, de fato não cabe, já que a greve se faz necessária uma vez que os salários pagos hoje ao professorado não só do Paraná, mas de todo o País, realmente não condizem. Que dizer Srs. Deputados, de professoras que depois de 20, 25 anos continuam a perceber salários que proporcionalmente são inferiores ao salário-mínimo.

Que dizer Srs. Deputados, principalmente do grande embuste que, inclusive no Estado do Paraná se faz com a educação, pois, se é bem verdade que nos idos da década de 50 quando tínhamos um Governo taxado à época de o "Governo mais corrupto deste País", tínhamos na última das linhas, na última das águas, um professor pago pelo Estado. Tanto assim, que hoje, centenas ou milhares desses professores estão chegando à condição de aposentados.

Não interessa indagar se àquela época o Deputado, o

chefe eleitoral, ou o coronel da linha ou da estrada, ou da água, vinha à Curitiba com o bolso da sua filha, da sua afilhada, analfabeta muitas vezes, para ser a professora primária lá no Interior. Importa agora indagar que era o Governo Estadual que pagava.

Hoje, como se encontra a educação neste Estado do Paraná?

Noventa e cinco por cento dos municípios paranaenses estão a pagar às professoras municipais que hoje já se constituem na maioria, com salários inferiores a Cr\$ 2.000,00. E comparamos esta quantia com o salário real de uma empregada doméstica.

Portanto, hoje se paga neste Estado, cerca de 50% das professoras municipais um salário inferior ao salário das empregadas domésticas. E se consulte qualquer Prefeito deste Estado, e eu, em defesa desses, quero dizer que mais eles não podem pagar, são enganados pelas migalhas dadas pela FUNDEPAR, muitas vezes com atraso e que só servem para pagar a folha de pagamento na base de Cr\$ 2.000,00, por mês por ano. Na maioria dos municípios não só se paga Cr\$ 2.000,00 por mês, ou menos, por turno de aula, mas principalmente se paga apenas dez meses por ano.

Para a professora do interior, não existe 13.º salário, não existe Fundo de Garantia, não existe Previdência Social. É por isto que o analfabetismo está grassando não só no Paraná, mas neste País, porque enquanto para locupletar as grandes editoras, se monta um MOBRAL. Desafio um Deputado, nesta Casa, que apresente alguém que tenha recebido diploma do MOBRAL, apresente realmente um índice de alfabetização que não passe além da assinatura de seu nome no Título de Eleitor.

Portanto, Sr. Deputados, este é o quadro drástico que número percentual algum pode camuflar em nosso Estado.

Mas passaremos àqueles professores mais felizardos, àqueles professores, inclusive mais conscientes, àqueles professores que, tenho a certeza, em assembléia irão decidir por uma greve, vamos ver o que dizem esses professores na sua página sobre educação no "O Estado do Paraná", de hoje: (Lê)

"Neste País de privilégios e de entreguismos, no qual a educação recebe um dos mais baixos orçamentos do mundo, estamos contemplando estupefatos as manobras e as chantagens dos números.

Neste País, e especialmente neste Estado, o número deixou de ser real e qualitativo, para transformar-se em cifras quantitativas vazias de conteúdo. De que adianta falar, por exemplo, em 25% do orçamento estadual à educação, se a maior parte destes 25% se destina ao jogo demagógico dos que manipulam a política educacional?

Exemplo evidente desta demagogia diabólica e assassina de nossa educação, foi quando o Congresso em 1.978, enquanto os professores paralisavam as aulas exigindo melhores salários e melhores condições de ensino, o Governo estadual alardeava inaugurações de milhares de salas de aulas e altos vencimentos aos mestres, tentando mostrar com cifras forjadas em gabinetes, uma falsa imagem do ensino no Estado.

Será que o atual Governo vai adotar a mesma demagogia do anterior, usando seus secretários e líderes do PDS, para fazerem na imprensa o jogo da enganação e da confusão? Até quando pensam que enganarão o povo? Os professores saberão dar a resposta à altura.

A população e os pais dos alunos saberão reagir ante mais esta tentativa de lavagem cerebral. Porque pode ter o Governo meios de manipular a imprensa falada, escrita e televisada, mas a verdade é uma só: jamais enganará a população para sempre. Os professores exigem as quatro reivindicações básicas e repudiam a mesquinhez. E a trapaça dos números, das cifras, dos gráficos, dos percentuais forjados,

dos milhões desviados para o que é secundário.

Canchas de esportes e piscinas para alunos sub-alimentados. Núcleos Sociais ociosos; prédios escolares anti-econômicos; salas, bibliotecas, nunca usadas, escamoteando o essencial, que é a interação harmoniosa, professor-aluno.

É preciso dar um basta a esta confusão proposital, entre o que é prioritário e o que não é. A infra estrutura educacional de qualquer país está cimentada na pessoa do professor e do aluno; na segurança profissional; na condigna remuneração, no cumprimento das leis atinentes ao ensino, na distribuição equitativa e humana, da carga horária, na correta distribuição das rendas. Para que milhões de crianças brasileiras, deixem de ir à aula, apenas por causa da merenda escolar; produto de uma política econômico-educacional injusta e demagógica, enfim, na consecução das prioridades essenciais, que norteiam a interação harmoniosa, educadora-educando.

É revoltante que num País sub-desenvolvido como o nosso, se dê prioridade àquilo que é menos importante, permanecendo professor-aluno, em plano secundário. Assim sendo, os números, cifras, cálculos e gráficos publicados pela Secretaria da Educação há uns 20 dias atrás, seriam excelentes, se correspondessem à verdade, à realidade educacional do Estado.

Infelizmente, além de serem a expressão do que não é essencial e prioritário à educação, foram publicados com o dinheiro do povo, para confundir o povo, uma verdadeira inversão de valores. Além disso, é de se estranhar a declaração do Sr. Secretário, dada à imprensa na semana passada, dia 27, declarou o Sr. Secretário, que com a implantação dos avanços para outubro, 90% dos professores serão beneficiados. A declaração não passa de quase meia verdade, visto que o próprio Secretário declarou no dia 14 de agosto passado, perante representantes da classe e de professores em geral, que para este ano, só seriam beneficiados parcialmente, em torno de 10 a 12 mil professores, com tais avanços. Corresponde, portanto, a 22%; além do mais, isto não resolve o problema do professor. É um direito sim, mas direito também são as quatro reivindicações básicas.

Esperamos que os professores saibam dar uma resposta adequada a esta chantagem educacional vigente, não abrindo mão de suas reivindicações."

Srs. Deputados, neste artigo, feito por professores e para professores, nos parece estar a realidade da educação paranaense. E é de se exaltar neste momento, a posição dos professores paranaenses, que tendo em vista a surdez com que a classe política paranaense e os Governantes paranaenses, têm em relação às verdadeiras reivindicações do professorado, estão a se apegar em outros instrumentos; e está aí, até há poucos dias, a reivindicação dos 25 anos para aposentadoria. Reivindicação este que foi tida e havida, porque realmente o professor do nosso Estado, dando e sendo-lhe exigido, 44 horas de aula por semana, para poder sobreviver; e assim mesmo tendo de complementar este vencimento, através de bicos que faz por fora, realmente, não aos 25 anos, mas ao 20, aos 15 e talvez aos 10, ele é um semi-louco, a rondar nas escolas e a dormir sobre as mesas, porque é impossível que haja um professor com condições físicas e psicológicas, para enfrentar, com baixo salário, o número de aulas, que se lhe impõe.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência traz à Casa, nesta tarde, assunto da maior importância e, mesmo porque, se trata de um tema que, neste País, não é olhado com seriedade que deveria ser.

Apenas com a pretensão de inserir-me no pronunciamento de Vossa Excelência, veja Vossa Excelência e os ilustres Deputados desta Casa, sob que ótica o atual Governo,

o atual sistema, vê o problema da educação brasileira: há poucos dias atrás, o Líder governista no Senado, Senador Jarbas Passarinho, que já foi Ministro da Educação, inclusive leva no seu currículo a paternidade do 477, declara a esta Nação que este Governo não vê, ou que o sistema não vê educação como investimento e, sim, como despesa.

Quer dizer, esta declaração, esta afirmativa, vindo de quem vem, se reveste da maior seriedade para a educação nacional, infelizmente.

No dia 6 de julho de 1.980, a "Folha de São Paulo", publicou declaração do Sr. Gil Macieira, dizendo que a Caixa Econômica cortaria os créditos educativos para os cursos de arte, porque, a seu ver, esses cursos em nada colaboram com a educação nacional.

Por estas duas declarações, pela responsabilidade de quem as declara, nós podemos ter uma ótica de como este Governo, ou melhor, de como este desgoverno vê o mais sério problema desta Nação, que é a educação.

Então, é necessário, ilustre Deputado, que estes responsáveis tão preocupados em manipular números e estatísticas, olhem a educação brasileira com investimento e não como despesa.

Nada adianta — e os professores estão certíssimos em suas assertivas neste artigo, quando dizem que o Palácio Iguaçu anuncia uma despesa, o Orçamento prevê uma despesa de 25% com a educação paranaense.

É mero jogo de números e eles explicam o porquê.

Então, são atitudes como estas, e que, na prática, nós presenciámos todos os dias, que a educação brasileira, dia a dia, está cada vez pior, porque a Lei n.º 5.692, que é a reforma de ensino, no papel pode ser uma beleza, mas, na prática, foi um desastre, um fracasso, porque, na tentativa de se criar os cursos profissionalizantes, o Estado, a Nação não deu a estrutura necessária para que estes cursos se efetivassem.

Então, parabeno-me com Vossa Excelência por trazer este assunto à pauta, na tarde de hoje, e dizer que teremos que continuar a bradar entre quatro paredes, até que a consciência endurecida destes responsáveis possam, um dia, voltar os seus olhos para a educação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e diria mais: de fato os números não dizem nada, porque analisados friamente, eles podem também dizer outra coisa.

Já disse desta tribuna e repito: face à covardia que é a vida neste Estado; face à covardia e à bajulação que os nossos poderosos sempre dedicaram ao Poder Central; face à posição de sentido que sempre tomam ao reivindicar as coisas para este Estado; face se curvarem sempre, nós não temos hoje as universidades federalizadas, e vimos ali, naquela tribuna, o atual Secretário da Saúde, dar uma entrevista ao "Diário do Paraná", à época, que era contrária à federalização da Universidade de Londrina, porque, naturalmente, federalizada, apesar dos "Ocyrons Cunha" da vida, ele não seria o reitor porque não teria, talvez, o beneplácito de seu sogro. Porque, à nível federal ele sabe que o Paraná não tem influência, e talvez para Londrina viesse um reitor de outras plagas, talvez do Rio Grande, talvez do Mato Grosso, talvez do Piauí. E atemorizado pelo fato de que a federalização daquela Universidade tiraria a sua vez, o Sr. atual Secretário da Saúde, simples e puramente, numa reportagem ao "Diário do Paraná", se dizia contrário à federalização.

Assim, aquela Universidade não foi federalizada por covardia do paranaense que lá estava, como não foram federalizadas as Universidades de Ponta Grossa, de Maringá e Londrina; não tiveram a grandeza, ou pelo menos a coragem que teve Tarso Dutra, que sofreu o ostracismo, sofreu o inverno do ostracismo no Rio Grande do Sul, perdeu o governo biônico

daquele Estado, mas teve a coragem de federalizar as Universidades do Rio Grande.

E é por isso, Srs. Deputados, que, por enquanto, não adianta falar em 25% para Educação, no Paraná, porque, dos 25%, quase 20% são destinados às universidades estaduais, enquanto que, no Rio Grande, se destina apenas 1%.

Não adianta falar em números. E ontem, ouvimos, em Cascavel, a manifestação das cooperativas, de sindicatos, que basta. E não foram homens do PMDB que disseram "não". Foram homens ligados ao partido do Governo, que disseram que estão prontos para fazerem uma marcha, para ver se conseguem melhorias. E foi um presidente de cooperativa que disse que o "Sr. Yocota está a boicotar o cooperativismo, a boicotar a COTRIGUAÇU".

Desisti de pedir e já estão se preparando para, realmente, mostrar que, no Oeste, os homens são valentes não apenas para conquistarem a terra, mas também para fazer, neste País, realmente, um movimento para não continuarem atrelados — como estamos até hoje — aos movimentos gaúchos.

Por isso, Srs. Deputados, neste momento em que se avizinha talvez uma greve, e que a classe política teima em não tomar conhecimento, é muito gratificante saber que os professores estão com um linguajar diferente. Os professores estão aí a dizer que: educação não é a sala de aula bonita, não é a piscina para alunos subdesenvolvidos e famintos, não é a cancha de esportes; educação, inicialmente, é o binômio aluno-professor. Professor pago, com condições de dar aula; aluno alimentado e com condições de receber ensinamento.

Vamos, nos mirar, independentemente de sua ideologia, em Arraes que, quando assumiu a Prefeitura de Recife, saiu à procura de igrejas, pavilhões e dizia ele: "O importante não é onde se dá aula, o importante é que se dê aula".

Estamos, agora, vendo nos próprios jornais, que os professores mostram a sua miséria, uma briga em torno de mais uma faculdade, para formar talvez outros professores, para concorrer com os que já estão aí e que quase não podem sobreviver.

Por isso, Srs. Deputados, a razão do fracasso da educação, neste Estado, e neste País, são várias, mas a classe política, infelizmente, não toma conhecimento.

Talvez até nós, da Oposição, estejamos errados, ao subirmos à tribuna, muitas vezes, para exigir uma cancha de esportes, um grupo mais bonito, um estádio iluminado, e até nós estamos errados, porque, de fato, não estamos entendendo que educação não é o estádio iluminado, não é a cancha de esporte, não é a piscina, não é o doutor. Educação é professor bem pago. Educação é criança bem alimentada; educação é, antes de mais nada, formar o cidadão não para ser um analfabeto semi-alfabetizado, mas sim, para ser um brasileiro.

Por isso, Srs. Deputados, quando se avizinha uma nova greve, depois talvez venha ser combatida nesta Casa, venha ser defendida nesta Casa, é urgente que a classe política tome conhecimento desses fatos. Quando os próprios professores em sua página, começam a protestar através do seu órgão de classe, está a demonstrar que nós políticos, deixamos de lado os assuntos importantes, deixamos de analisar com profundidade, aquilo que é necessário, para ficarmos nesta Casa vazia, a discutirmos futilidades, sem encontrarmos uma direção para essa educação.

Eu mesmo, Srs. Deputados, tive a coragem de ir à Associação dos Professores e dizer que era contra, que era contra pessoalmente, a aposentadoria aos 25 anos. Porque não admitia que o cidadão que começasse a dar aulas aos 21 anos, aos 43 anos estivesse aposentado, porque contaria algumas vantagens. E, aos 43 anos, nós não podemos admitir, num País subdesenvolvido, que se aposente os professores e, a resposta deles foi incisiva e clara: nós entramos nesse movimento, o apoiamos, porque é a única maneira do professor ser aposentado, porque infelizmente, o professor morre antes dos 35 anos.

Iríamos eliminar, se passada tivesse sido esta lei, centenas,

milhares de professores no auge de sua carreira, aposentá-los para darem outras vagas. Não. Aposentarem para irem fazer bicos. Porque com o salário, dificilmente sobrevivem.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Realmente, já dizia o educador Paulo Freire, que o problema de educação faz parte de um problema global. Ele é derivado desse problema global e, Vossa Excelência aborda muito bem, o problema relacionado com o acanhamento da classe política. E, esse País, no meu entender, deve cobrar muito dos homens públicos, porque realmente, uma grande maioria, foi guindada a postos eletivos, por razões até muitas vezes discutíveis.

E, são exatamente, essas maiorias, que dão respaldo à orientação oficial. E, é lamentável que isso ocorra. Veja por exemplo, agora, já pela segunda vez, o projeto de aposentadoria aos 25 anos, é repelido pelo Congresso Nacional, no meu entender, até com certa coerência.

Entretanto, não foi por deliberação só, do Parlamento, mas foi por uma iniciativa e, até quem sabe, uma imposição do Planalto, para repelir o projeto de aposentadoria aos 25 anos de serviço.

Mas, por que, que o professor quer se aposentar com 25 anos de serviço?

Porque não compensa, gastar a sua inteligência em cima de projetos de educação, que o Governo não tem o menor interesse em promover no País, não interessa o Governo instrumentar a cultura do seu povo. Porque um povo culto naturalmente, vai derrubá-lo do Poder. Esta é uma filosofia que tem sido alastrada em todos os recantos da República.

E, por que, que ele deseja essa aposentadoria. Porque não compensa, já chega aos 25 anos de serviço, claudicante, nervoso, cheio de tiques e quase não consegue uma convivência harmônica com a família.

Mas, a classe política, dizia eu, Deputado, está em pior situação porque primeiro: é inconsciente e inconsequente. Agora, no encaminhamento das próprias imunidades parlamentares, nas prerrogativas do funcionamento pleno do Congresso Nacional. Então, Deputado para concluir, Vossa Excelência há de aproveitar os sessenta segundos, é lamentável que o Congresso receba do relator um projeto, o projeto de imunidade, chamado "Projeto Marcílio" com a castração, com a intimidação e com a incapacidade declarada no próprio relatório do relator.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo aos nobres Srs. Deputados, especialmente do Governo que têm um acesso melhor, um acesso mais fácil à Secretaria de Educação e ao Sr. Governador.

Pedem os senhores professores quatro pontos, que são os reajustes semestrais, que o Governo impôs à iniciativa privada, mas que deveria não só aos professores, mas a todos os funcionários públicos. Pedem pisos salariais e em terceiro lugar, a elevação do nível de normalista que hoje ganha cerca de Cr\$ 5.000,00. E pedem, vejam bem, e aí está claro que nós não estamos cumprindo com o nosso dever de Parlamentares, o seu item quarto, de suas reivindicações nos chama a atenção vivamente, o cumprimento integral do Estatuto do Magistério. Se ele não está sendo cumprido é uma lei que nós votamos nesta Casa e aqui discutimos e que deveria já estar sendo cumprido.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a liderança do PMDB, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. LINEU TURRA — Usará do horário, o Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário re-

servado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana próxima passada, ocupando esta tribuna, o Líder do PMDB, Deputado Renato Bernardi, em nome de sua bancada solicitava em documento enviado ao Sr. Ministro do Trabalho, o afastamento do Delegado Regional do Trabalho no Paraná, General Adalberto Massa. E, dentre várias causas citadas e dos motivos apresentados, o último se relacionava à impugnação da chapa de oposição eleita recentemente para o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Foi impugnada aquela chapa, chapa vencedora, e por incrível que possa parecer, o General Massa acabou nomeando uma Junta Interventora na qual os homens derrotados eram os responsáveis pela mesma e responsáveis também pelos destinos do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil.

O documento da bancada do PMDB, Srs. Deputados, foi enviado ao Ministro do Trabalho. E o mais surpreendente é que nesta semana, e mais precisamente no dia de hoje, depois de alguns dias de trabalho, o Sr. Delegado Regional do Trabalho fez com que os Sindicatos de todo o Estado, através dos seus Presidentes, fossem convocados para que na tarde de hoje, na tarde desta terça-feira, se fizessem presentes na Delegacia Regional do Trabalho para após uma reunião dos pelegos do Paraná, pudessem assinar um documento que igualmente àquele enviado pelo PMDB chegaria às mãos do Sr. Ministro do Trabalho, documento este no qual as assinaturas dos Presidentes de Sindicatos estariam pedindo que o General Adalberto Massa permaneça como Delegado Regional do Trabalho aqui no Paraná.

E, no dia de hoje, para ser mais preciso há poucos instantes, alguns Presidentes preocupados até com a medida do Sr. Delegado Regional do Trabalho, entraram em contato com alguns Deputados do PMDB, denunciando o fato. Não sabendo eles, não sendo pelegos do General Massa, como agir, qual a melhor maneira de proceder, se em não comparecendo a esta reunião, em não assinando o documento a ser enviado ao Sr. Ministro do Trabalho, qual seria na continuação o trabalho desses homens de Sindicatos. Há uma preocupação muito grande, mas vários deles não se farão presentes nesta reunião, vários deles não assinarão esse documento de submissão aos interesses do atual Delegado Regional do Trabalho.

E a bancada do PMDB continua no firme propósito de afastar este General que para os trabalhadores do Paraná vem sendo lastimável sob todos os aspectos.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Nestor Baptista, a APLP, APP e APMB também manifestaram seu apoio, solidariedade ao Sindicato, entendendo que a cada dia mais se faz necessária a união entre as forças vivas de nossa sociedade. É por isto que aquelas entidades classistas vieram a público manifestar a sua repulsa, a sua discordância, indignação, contra o arbítrio, a prepotência, a violação de liberdade, cometidas pela Delegacia Regional do Trabalho através do ditador General Massa. Num ato de violação ao livre exercício de democracia, impugnou, sem nenhuma fundamentação legal, as eleições do Sindicato de Construção Civil de Curitiba, simplesmente porque a chapa vencedora do último dia 15, era da oposição.

É lamentável, aqueles que deveriam defender o livre associativismo e proteger o exercício democrático nas eleições sindicais, sejam os mesmos a usar o arbítrio e a prepotência contra os trabalhadores da construção civil e também do Sindicato dos Metalúrgicos, atingidos pela Delegacia Regional do Trabalho que vetou dois nomes da chapa da oposição.

Só um regime que defende privilégios, onde as classes dominantes imperam, a corrupção corre solta e desenfreada,

saindo do Palácio do Planalto, passando pelos Ministérios e descendo até a mais simples Prefeitura do interior, é que um Governo pode temer tanto assim o povo. A tal ponto de vetar os direitos de organização e de se eleger livremente, pelo voto democrático, os seus representantes sindicais. Só num País onde impera o arbítrio, a prepotência, uma abertura falsa, fictícia, mentirosa, é que assistimos atitudes como esta do General Massa, com relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, provando que a estrutura do País é de um regime podre. Lá em cima o ditador maior, aqui embaixo os ditadorzinhos de "meia tijela", como alguns Governadores que conhecemos, como alguns Delegados de Trabalho.

Agradeço a este aparte muito longo, nobre Deputado Nestor Baptista e apenas colocar aqui, que também os professores através de suas entidades, APLP, APP, APMB, vieram a público manifestar apoio e solidariedade à este gesto arbitrário do Delegado Regional do Trabalho, porque este Estado do Paraná, infelizmente, é assim. Há vinte anos que é assim, onde sempre imperou a prepotência, e os interesses de grupos e de indivíduos. Mas um dia acaba, um dia termina, sempre há um dia após o outro e o prazo sempre vence, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu é que agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NESTOR BAPTISTA — Inicialmente concedo aparte ao Deputado Fuad Nacli, que já havia solicitado.

O Sr. Fuad Nacli — Quero agradecer ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, mas eu não poderia deixar de dar um aparte vendo falar no General Massa, que todo Paraná conhece, e principalmente o Deputado Fiori Luiz que bem representa a sua região, teve oportunidade conosco, de participar em Porecatu, do seu trabalho, da sua dedicação. E quando eu vejo falar em peleguismo, em corrupção, que vem desde o Planalto, até os Governos, eu quero deixar bem clara uma posição minha: considero o General Massa, um homem de uma integridade à toda prova. Porque quem acompanhou, como eu tive oportunidade de acompanhar, junto com os Deputados José Tavares e Fiori Luiz, na sua conduta quando se deflagrou a greve em Porecatu; tive a oportunidade de conhecer pessoalmente a sua dedicação, o seu zelo. E eu não poderia estar aqui nesta Casa, hoje, ouvindo, principalmente o Deputado Lázaro Dumont, que muito bem representa a sua federação, ninguém melhor do que ele conhece os trabalhos do General Massa, poderá falar sobre a impugnação. Mas quando nós vemos atacar alguém, injustamente, seja deste ou daquele partido, nós não poderíamos hoje, ficar calado. Quero dizer antes de mais nada, criticar, é muito prático, é muito fácil. Realizar trabalhos, defender os trabalhadores, são poucos que fazem. Ainda hoje conversei por telefone, com o General Massa e pedi para que se instale no Paraná um atendimento mais perfeito e melhor em todas as suas regiões. Nunca deixou de atender um telefonema, uma reivindicação. Mas quero também dizer que ele, General Massa, tem procurado fiscalizar as indústrias e o comércio, e na minha cidade, aonde ainda há poucos dias eu tive a oportunidade de estar em Nova Aurora, tenho aqui na pessoa do Deputado Tolentino, que sabe muito bem que o comércio de lá foi fiscalizado rigorosamente a todos. Nem com a interferência política conseguimos com que pequenos comerciantes, que não tinham condições de sobrevivência, se eles continuassem a fiscalizar, o General Massa teve sempre uma linha decente e correta. Era o aparte que eu teria que dar, e me solidarizando com a forma como o General se conduziu na Delegacia Regional do Trabalho, no Estado do Paraná. Não concordo, pessoalmente, as críticas que estão sendo feitas à pessoa do General Massa.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu aceito o seu aparte, nobre

Deputado Fuad Nacli, apenas trazendo uma denúncia concreta do que está ocorrendo hoje, principalmente, na Delegacia Regional do Trabalho. Falar por exemplo das eleições de 78, acho até dispensável, mas gostaria de lembrar que naquela ocasião, houve através do General, um convite aos diversos Presidentes de Sindicatos, de que eles não deveriam se envolver nas eleições daquele ano, desde que fosse com o candidato da oposição. E inclusive quase que obrigou a maioria dos Presidentes dos Sindicatos aqui de Curitiba, inclusive o Presidente do Sindicato do qual faço parte de um dos sindicatos, Sindicato dos Radialistas, dando inclusive o nome do candidato.

Mais recentemente, no ano passado, em Paranaguá, no Sindicato dos Ensacadores e Carregadores de Café, a chapa vitoriosa foi impugnada, simplesmente porque era oposição. E hoje em Curitiba, no jornalismo e também no setor de rádio, nós temos uma violenta infiltração de pessoas que não têm nada a ver com a profissão de jornalista e de radialista. Pessoas que até recebem verbas de propaganda do Governo, para criticar o próprio Governo. Enquanto que os verdadeiros profissionais de rádio, de televisão e de jornal, estão sendo afastados, e não notamos nenhuma medida por parte do Sr. General Adalberto Massa. Para encerrar, Sr. Presidente, chega hoje o Delegado Regional do Trabalho às raíais do cúmulo, de, ao convidar os Presidentes dos Sindicatos, já mencionar e destacar que aquele Presidente que estiver impossibilitado de se fazer presente hoje, aqui em Curitiba, que mande uma procuração em nome do seu assessor, para que este assessor possa assinar um documento que será enviado ao Ministro do Trabalho, implorando a necessidade da permanência do General Massa, como Delegado Regional do Trabalho.

O Sr. Lázaro Dumont – Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Fidelelino Tolentino – Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa lamenta, mas o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA – Lamento nobres Deputados. Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário? Com a palavra o nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT – Sr. Presidente e Srs. Deputados. Na tarde de hoje, eu poderia de falar através de um aparte, mas infelizmente o tempo não permitiu ao nobre Deputado Nestor Baptista.

Nós queremos dizer o seguinte: que respeito a opinião de todos aqueles que, por um motivo ou outro, não apoiam determinadas medidas.

Agora, ainda ontem, recebi um convite, realmente, para assinar um documento, cujo documento está aqui, comigo, mas ele não implora, de maneira nenhuma, a permanência do Delegado Regional do Trabalho.

E o convite que recebi, não foi da Delegacia Regional do Trabalho, foi da Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Estado do Paraná, que, por telefone, ontem, me pôs a par de uma série de acontecimentos; e hoje, pela manhã, passei na Federação exatamente para ver o documento e me convencer se deveria assinar ou não.

Acredito que o meu comportamento como dirigente sindical, me exclui – desculpe aqui a modéstia para aqueles que talvez não concordem – mas me exclui de ser incluído entre aqueles – como foi dito hoje, aqui – pelegos do General Massa. Porque eu sempre tive uma conduta independente na nossa Federação, exigindo, muitas vezes, tomando muitas vezes, medidas contra a própria Delegacia Regional do Trabalho, naquilo que realmente tem interessado a nós.

E posso dar um testemunho aqui: nós temos hoje dentro do quadro do Sindicato da Federação dos Trabalhadores na

Agricultura do Paraná, mais de uma dezena de sindicatos, cujos Presidentes pertencem principalmente ao Partido do PMDB, e, inclusive, muitos deles, são vereadores, e nunca, nem por parte da nossa entidade, que sempre respeitamos a conduta pessoal dos nossos dirigentes sindicais, e nem por parte da Delegacia do Trabalho, pelo menos no nosso setor, o setor rural, tem nas eleições sindicais, ou mesmo nas eleições políticas, uma vidência de qualquer forma, por parte da Delegacia Regional do Trabalho.

Mas, hoje pela manhã, quando passei na federação, procurei ver alguns documentos, se realmente esses trabalhadores que foram impugnados, se há algum outro subterfúgio por trás disso que eu trago aqui. Eu sinceramente desconheço. E se eu estivesse convencido, de maneira nenhuma assinaria ou apoiaria.

Acontece que, através de uma Portaria Ministerial, n.º 3-98, do dia 17 de outubro de 68, criou uma nova categoria econômica, e conseqüentemente, uma nova categoria profissional.

A econômica: na indústria da construção de estradas, pavimentações e terraplenagem em geral: barragens, aeroportos e canais.

A categoria profissional trabalhadores na indústria de estradas, pavimentação, obras de terraplenagem em geral, e também, barragens, aeroportos e canais.

Esta portaria foi transcrita num documento que a Federação dos Trabalhadores na Construção Civil do Estado do Paraná, através de uma circular, mandou a todas as firmas empreiteiras e às demais categorias, exatamente com a finalidade do recolhimento da contribuição sindical. Basta que a contribuição sindical, os acordos, a convenção coletiva de trabalho, toda ela é feita através da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Imobiliário do Estado do Paraná.

Não tenho a felicidade de conhecer nenhum dos elementos da chapa que foi impugnada pelo Delegado do Trabalho. Mas, consta o seguinte: Antônio Ferreira Santana, presidente da chapa impugnada, trabalha na Empreiteira Mendes Júnior. A categoria dele: Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem em geral, fugindo da categoria que o sindicato representa.

Bento Honorato da Silva, trabalha na Empresa Brasileira de Engenharia S.A. Sua categoria: eletricidade hidráulica e mecânica.

O terceiro nome impugnado: Sebastião Rodrigues da Silva, trabalha na COBEN - Engenharia e Comércio. Categoria: instaladora elétrica.

Quarto: Ivaldo Camozi – trabalha na CETAL - Instalações Industriais. Este dirigente sindical, até março deste ano, trabalhava em Araucária. Depois de março que veio para Curitiba, passando a trabalhar na Sakamori. Todos sabemos que um trabalhador para pertencer a qualquer sindicato, deve comprovar dois anos de exercício, de categoria, na base territorial do sindicato.

Então, ele entrou depois de março.

Outro impugnado: Marcelino Ribeiro de Freitas, que trabalha na Terra Dreno Construções Cíveis, categoria: operador de máquinas.

Em vista disso e dos argumentos que o próprio Presidente da Federação, Sr. Aparecido de Souza, me expôs ontem de manhã, assinei um documento. Porque, na minha área, desconheço qualquer intimidação a presidentes de sindicatos nossos, que seriam obrigados a assinarem esse documento, que, hoje de manhã, quando assinei, tinham assinado:

Federação da Construção Imobiliária do Estado do Paraná;

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários;

Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do

Paraná.

Federação dos Trabalhadores na Alimentação do Estado do Paraná e mais ainda nove sindicatos, até hoje de manhã. O Sr. Deni Schwartz – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Lastimo que Vossa Excelência tenha, naturalmente sem conhecimento, assinado esse documento. E vou dar as razões: primeiro, porque a Federação que encabeça esse documento foi completamente omissa quando os trabalhadores da construção civil, andavam tais quais fantasmas em Curitiba, porque já se disse diversas vezes, eles de fato não fizeram uma greve, mas sim, uma verdadeira rebelião, porque não tinham cabeça, não tinham líderes e, nós vimos, todos vimos, como os coitados andavam tais quais zumbis, nessa cidade.

A federação, naquela oportunidade, não teve autoridade, e nem a capacidade de controlar aquela greve. Mas, o que é mais grave, é o seguinte: realmente, o Sr. Antônio, não sei seu sobrenome, trabalha na Mendes Júnior, mas a federação e o General Massa, estão tão "interessados", em saber se eles pertencem a uma ou outra classe ou a uma outra categoria, não são os mesmos que tem interesse de ir à Mendes Júnior que, não está pagando o que, não está se baseando, no dissídio coletivo da construção civil. Essa é que é a verdade.

Quer dizer, para o Sr. General Massa, a Mendes Júnior não importa o que faz, não está indo, o seu Antônio não recebe pelo dissídio coletivo, do sindicato correspondente. Para isso o Sr. Massa não foi, o seu Massa que está tão ciente, do problema de domicílio eleitoral, é o mesmo General Massa, que uniu determinada vez nesta Assembléia, o Bispo de Palmas, o Presidente da FETAERPA, Deputado Lázaro Dumont e o Deputado Ivo Tomazoni, por um pelego que tem nesse Estado da sua federação, conhecidíssimo. Que hoje, une, Vossa Excelência, une o Deputado Luiz Alberto, une o Deputado Túlio Zanchet e a mim. Porque sabemos que ele é um pelego.

E, apesar dos apelos que Vossa Excelência fez, apesar dos apelos que o Líder então, desta Casa, Deputado Líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Tomazoni. Apesar dos apelos que naquela época foram feitos pelo Bispo de Palmas e eu pessoalmente vi, este apelo. O General Massa, manteve o Sr. Germano Mayer que só caiu à semana passada. Vossa Excelência lembra bem do fato, quando o General Comandante da 5.ª Região, determinou que o Sr. Germano Mayer, saísse de Francisco Beltrão mas, era até há pouco tempo, Presidente da Associação em Salgado Filho, o General Massa não viu. Porque ele é um pelego do General Massa.

Se queríamos nomes de pelegos, está um, que é conhecido pelo Deputado Ivo Tomazoni, Deputado Lázaro Dumont, Deputado Luiz Alberto, inclusive, esteve agora nesses últimos lances, porque o cidadão simples e puramente, dominava em Salgado Filho e, precisou o FUNRURAL, fazer intervenção naquele hospital para por a coisa em ordem.

Portanto, está aí, o nome de um pelego, acolitado pelo Sr. General Massa e que, naquela oportunidade, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Francisco Beltrão, só saiu quando o General Comandante da 5.ª Região e, Vossa Excelência e o Deputado Ivo Tomazoni foram chamados à 5.ª Região, para ouvir, este homem não pode ficar mais e, foi aí que o General Massa permitiu que o homem se retirasse da diretoria. O SR. LÁZARO DUMONT – Nobre Deputado Deni Schwartz, antes de dar o aparte ao Deputado Nestor Baptista. Já que Vossa Excelência citou nominalmente o nome do Sr. Germano Mayer, eu quero dizer o seguinte: o Germano foi afastado do Sindicato de Francisco Beltrão em maio de 77, inclusive, com a participação realmente da 5.ª Região Militar.

Mas, eu digo nobre Deputado, sou contra Vossa Excelência considerar o Sr. Germano Mayer um pelego, podem muitos considerarem agora, fui contra a forma como o Sr. Germano Mayer foi afastado do Sindicato pela força. Posicionei-me

tão contrariamente que como Presidente da Federação, coloquei meu cargo até em perigo e não aceitei que se tirasse o Sr. Germano Mayer, da federação a força, a menos que, a própria 5.ª Região Militar, divulgasse o documento que sigilosamente mostrou para mim e para o Deputado Ivo Tomazoni, que era o Líder do Governo naquela época. E, manteve, o Sr. Germano Mayer no Conselho Fiscal da Federação até abril do ano seguinte. Onze meses, exatamente por não concordar com a forma que o Sr. Germano Mayer foi colocado para fora do sindicato, mesmo eu sabendo de muitos problemas administrativos que o Sr. Germano Mayer realmente criou no sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. LÁZARO DUMONT – O Deputado Nestor Baptista solicitou o aparte, e então eu gostaria que fosse dado trinta segundos para o Sr. Deputado Nestor Baptista e também para o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Nestor Baptista – Muito agradecido, Deputado.

É para lembrar que participamos já no final do ano passado de uma reunião na Associação Comercial de Londrina, ao lado do nobre Deputado. E naquela oportunidade o Deputado denunciava a existência de inúmeros pelegos por todo este Paraná, e inclusive naquela ocasião havia um cidadão que já é morto, Evangelista, que era um autêntico pelego, não é porque morreu, mas era realmente, e que era um inferno para os trabalhadores.

E quando se fala na preocupação do General Adalberto Massa para com os trabalhadores, quero voltar a insistir no que abordei há pouco da tribuna, só há preocupação no caso do Sindicato depois da derrota. Como houve em Paranaguá, como está havendo agora, aqui em Curitiba. Quando da apresentação da chapa não há. Quando a oposição vence, aí sim a chapa é impugnada.

Eu gostaria de falar mais, mas tem trinta segundos para o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira – Como eu fui trazido à colocação pelo Deputado Deni Schwartz quero em primeiro lugar declarar o seguinte: o Sr. Germano Mayer nunca foi meu companheiro político. Nunca, eu nenhum momento. Não sei de quais Deputados aqui, e até respeito a sua opção política, porque qualquer cidadão deve exercer política, todos nós que acreditamos em democracia.

E em segundo lugar quero realmente declarar que para mim tenho a pior impressão do Sr. Germano Mayer. Creio e até fiz, a única vez na minha vida que toquei um cidadão da minha sala, nesta Assembléia Legislativa, foi exatamente o Sr. Germano Mayer porque considero um homem sem caráter, sem palavra e ladrão.

Se foi acobertado em quaisquer atos pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho a quem eu não o conheço pessoalmente, eu quero dizer que realmente não concordo com o acobertamento que lhe foi dado ao Sr. Germano Mayer. E em segundo lugar, estranho muito a posição do Deputado Deni Schwartz que se diz defensor da democracia, e usar o argumento de que as Forças Armadas impediram a saída do Sr. Germano Mayer.

Sou inimigo pessoal do Sr. Germano Mayer mas não concordo com esse tipo de procedimento para quaisquer entidades assistenciais ou quaisquer entidades sindicais.

O SR. LÁZARO DUMONT – Sr. Presidente e Srs. Deputados, para encerrar, eu só quero dizer aqui o seguinte: acredito eu que o motivo principal do ato da Delegacia do Trabalho por esses Diretores dos Sindicatos não pertencerem a categoria, se foi a causa do afastamento, da impugnação, a Delegacia está mais do que certa. Inclusive no caso do Sr. Germano Mayer o afastamento dele em maio de 78 foi um ato do Delegado Regio-

nal do Trabalho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. DÁCIO LEONEL — Falará na Liderança do PP o Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A imprensa do Paraná tem nos últimos dias noticiado com destaque, comentários a respeito da Universidade Municipal de Assis Chateaubriand. Fora isso, inúmeros telefonemas daquela cidade temos recebido, visitas inúmeras de estudantes e de pais de estudantes, que acorrem ao nosso gabinete para se informar da legalidade ou da ilegalidade da Universidade.

Tudo isto tendo em vista declarações de autoridades do Governo, ligadas ao Ministério de Educação e Cultura e à Secretaria de Educação do Paraná.

Por esta razão ocupo hoje a tribuna, para também fazer um ligeiro pronunciamento.(Lê):

“A fome de conhecimentos aumenta, dia por dia, entre a juventude brasileira. É o conhecimento técnico, a fim de preparar-se para os embates da vida, em condições de sobrepor-se à competição, presente em todos os setores de atividades. Para esse fim, nada melhor do que a Universidade, ao partir-se do pressuposto de que temos necessidade urgente de criar a nossa própria tecnologia, capaz de libertar-nos da dependência externa.

Movido por essa ordem de idéias, apresentamos, há tempos, sugestão, encaminhada ao Ministério de Educação e Cultura e ao Ministério de Agricultura, com os calorosos aplausos das populações do interior do Paraná, de Santa Catarina, do sul de São Paulo, de Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul, no sentido de ser criada, em Assis Chateaubriand, uma Universidade Rural. Visávamos a formação de técnicos aptos a dar assistência à agricultura e à pecuária, os dois sólidos esteios da nossa economia.

O Ministério de Educação e Cultura, em resposta, não considerou oportuno o atendimento da sugestão, sobretudo em virtude da carência de boas equipes de professores, para a manutenção de nível alto do ensino.

Sabemos que a legislação do ensino universitário é de competência da União, e o Conselho Federal de Educação é o órgão abalizado para resolver a respeito da criação e funcionamento de Faculdades e Universidades.

Surpreendeu-nos, por esse motivo, a notícia de que o Prefeito de Assis Chateaubriand, declarou fundada, em nossa cidade, a Universidade do Oeste. Justificou-se a surpresa pelo fato de que não foi ouvido, previamente, nenhum dos órgãos competentes. Nem a Secretaria de Educação do Estado, muito menos o Conselho Federal de Educação.

O problema de criação de uma Universidade é complexo. Exige estudo minucioso e perfeito. O Conselho Federal de Educação recebe o processo das mãos do MEC, e opina a respeito. Se o seu parecer for favorável, ficará na dependência ainda, em última instância, de autorização do Presidente da República. Por não haverem sido cumpridas todas essas exigências legais, inclusive com a comprovação de que existem instalações apropriadas, aparelhamento científico completo e corpo de professores à altura.

Ninguém mais do que nós conhece o grande e justo anseio da mocidade de nossa terra em cursar uma Universidade, ainda mais se esta puder funcionar na própria região do Oeste, tudo mais perto de casa e da família. O que, porém, não podemos admitir é que os nossos jovens fiquem intranquilos.

Todo mundo leu as declarações do Sr. Edson Machado,

Secretário de Educação do Paraná, publicadas em “O Paraná”, de 27 de setembro último, segundo as quais “estes cursos poderão funcionar, mas não terão reconhecimento legal pelo MEC, e seus diplomas não terão valor para o exercício de profissões”. O Sr. Carlos Cecy, Delegado Regional do MEC do Paraná, disse, por sua vez, no programa Correspondente Estadual, transmitido por uma cadeia de trinta emissoras, que, “se for necessário, a Polícia Federal impedirá os exames”, e que, “se não atender a legislação pertinente, a iniciativa poderá causar problemas para a comunidade”.

A potencialidade econômica e a grande densidade demográfica do Oeste e do Sudoeste do Estado indicam a necessidade da criação de uma Universidade regional. Todos nós a queremos. Para obtê-la do governo federal, todos nós iremos lutar.

Temos que pensar, entretanto, em dimensão maior, e nunca em uma Universidade Municipal. Como a estadualização não é conveniente, em razão das dificuldades financeiras porque o Paraná está passando, temos de pensar em termos de uma Universidade Federal, em sede adequada, com “campus” perfeitamente satisfatório, com laboratórios bem aparelhados e com um corpo docente altamente selecionado. Isso custa muito dinheiro. Se o Estado não tem condições de arcar com semelhante onus, como é que a Prefeitura de Assis Chateaubriand iria manter a Universidade?

Devemos atentar para o fato de que a Universidade precisa ser reconhecida pelo MEC, para que os diplomas, que venha a expedir, tenham validade em todo o País, permitindo, pois, que os jovens diplomados possam trabalhar sem susto, em qualquer parte.

Outro aspecto importantíssimo é o financeiro. Se o Estado e a Prefeitura não dispõem de recursos suficientes, a Universidade iria ser mantida com o pesado sacrifício dos estudantes, à custa de altíssimas taxas escolares e com mensalidades muito além da capacidade financeira da maioria das famílias dos alunos.

Como é louvável, sem dúvida, a iniciativa da criação da Universidade do Oeste, e no desejo de que não se estabeleça um clima de inquietação e de insegurança entre a população, diante do não reconhecimento, pelas autoridades competentes, dos exames anunciados para o início de outubro, estamos nos dirigindo à Secretaria de Educação e ao Ministério de Educação e Cultura, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER o envio de sugestão à Secretaria de Educação e Cultura e ao MEC.

Senhor Presidente.

O Deputado infra assinado no uso de suas atribuições legais, REQUER depois de ouvido o Plenário, seja endereçado à Secretaria de Educação e Cultura, por meio do Departamento de Ensino Universitário e ao Ministério da Educação e Cultura, SUGESTÃO no sentido de manifestarem-se oficialmente quanto à legalidade ou ilegalidade da polêmica Universidade de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1980.

a) EDILSON ALENCAR BARBOSA”

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edilson Alencar, realmente esta postura estranhável de notícias que circulam na Região Oeste do Paraná, deixa a população boquiaberta, até um pronunciamento feito pelo Secretário de Educação e Cultura que coincidentemente aparecia num canal de televisão, a TV Canal 4 de Cascavel, para, entre outros esclarecimentos, dar conhecimento público, da inexistência legal desta Universidade. Ocorre que já existe lesão de terceiro, com relação a esta propalada instalação de uma Universidade. E o que é pior, de início nós sabíamos da

gestão feita por Vossa Excelência, há tempos atrás, a partir de requerimento desta tribuna, solicitando a instalação de recursos em Assis Chateaubriand.

Mas Vossa Excelência sabe, nós que temos assento em Cascavel, de 25 anos, até agora não foi criada a Universidade do Oeste do Paraná que é uma reivindicação não só de Cascavel, mas de todos os municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

São 22 municípios a reivindicar a universidade. Cascavel conta com uma fundação; com oito cursos já em funcionamento; e até agora não há autorização para se instalar a chamada Universidade do Oeste.

Por isso, estranhou-se que o Prefeito de Assis Chateaubriand, que até há pouco tempo pertenceu ao antigo MDB, e se tratava de uma pessoa de muito respeito, parece que saltando a sanga, mudando de partido, mudou também o seu caráter.

Porque ao dar conhecimento público da instalação de uma Universidade, não está mais do que lesando o patrimônio de terceiros, de boa fé e criando inclusive, um obstáculo à seriedade dos cursos já instalados na região.

E é preciso mesmo que as autoridades, além de, advertência feita pelos veículos de comunicação, tome outras providências, para evitar que os cursos já em ministração e reconhecidos pelo MEC, há muito tempo possam passar ao descrédito público e evitar que o interesse na instrução superior, possa prevalecer por razões de natureza lesiva, como é o caso de Assis Chateaubriand.

Parabéns a Vossa Excelência que vem esclarecer o assunto e também cobrar do Prefeito uma postura compatível com a dignidade do cargo que ocupa.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR – Agradeço o aparte valoroso de Vossa Excelência.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como é louvável, sem dúvida, a iniciativa da criação da Universidade do Oeste, e no desejo de que não se estabeleça um clima de inquietação e de insegurança entre a população, diante do não reconhecimento, pelas autoridades competentes, dos exames anunciados para o início de outubro estamos nos dirigindo à Secretaria da Educação e ao Ministério da Educação e Cultura, nos seguintes termos: (Súmula - lê).

Muito obrigado.

Observação: – A súmula acha-se publicada na hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa consulta a Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que, regimentalmente lhe é concedido. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presente de 40 Srs. Deputados.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO – (Pela ordem) – Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Soam os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (Procede a chamada nominal)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Responderam

a chamada nominal, 38 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – do Projeto de Lei n.º 108/80, que retifica o Artigo 4.º, da Lei n.º 230, de 29 de dezembro de 1.961. (Cria no Município de Tuneiras do Oeste o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste. – Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 108/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º – O artigo 4.º, da Lei n.º 230/61, de 29 de dezembro de 1.961, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º – Fica criado no Município de Tuneiras do Oeste o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste, com as seguintes divisas:

partindo da foz do afluente da margem direita do Rio Goioerê até a foz de seu afluente da margem direita que contravertente do córrego Adelaide, subindo por este afluente até encontrar a estrada de rodagem que liga Tuneiras-Campo Mourão pela linha divisória das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e, pela aludida estrada, até a altura da nascente do Ribeirão Tonetti, de onde, em reta, por uma linha seca, alcança a cabeceira do mesmo ribeirão Tonetti, pelo qual desce até a sua foz no Rio Goioerê.”

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1.980.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
LINEU TURRA, Relator.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 112/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o Lar da Criança de Marialva “Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa”, com sede e foro na Cidade de Marialva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

3a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 113/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública o “Centro Social e Educacional da Paróquia de Leopólis”, com sede e foro no Município de Leopólis. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 116/80, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, que declara de utilidade pública a “Liga Regional de Futebol de Cascavel”, com sede e foro na Cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – Sr. Presidente, se a memória não me trai, será a primeira vez, que vou votar contra um projeto de lei, que declara de utilidade pública, coincidentemente da minha Cidade de Cascavel.

A liga Regional de Futebol de Cascavel, tornou-se um escritório político de filiação partidária do Partido do Governo. É uma das facções do Partido, usou de todas as forças suficientes e imagináveis, para fazer pressão, inclusive, nas pessoas li-

gadas ao futebol de Cascavel.

por essa razão, uma entidade que se reputa de utilidade pública, não faz uso de suas instalações, como instrumento de defesa de facções político partidária, principalmente, em se tratando de uma liga Regional de Futebol.

As reclamações que nos chegaram, Sr. Presidente e os apelos que nos foram feitos, inclusive através de representantes do próprio partido, do PDS.

E, é por essa razão, que quero justificar esta minha posição neste projeto de lei. Provavelmente o eminente Deputado Edilson Alencar que não é de Cascavel, teria sido instado a entrar com esse projeto, desconhecendo que os componentes estão estreitamente ligados ao Município de Cascavel, para fazer da liga Regional de Futebol, um instrumento de promoção política e, as alegações não partiram só do PDS da ala marginalizada do PDS mas, partiram também, de elementos do PDT que são seus vizinhos de porta, dois advogados que são confinantes de escritório.

Por essa razão, Sr. Presidente, movido pelo interesse da coletividade, não posso trair a minha consciência e votar favoravelmente, porque não representa uma organização que tenha utilidade pública.

Porque servindo-se de suas instalações, para fazer promoção política, ela não pode ser declarada de interesse da utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que realmente nos fez apresentar este projeto de lei, que declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel, foi em virtude primeiro: do pronunciamento da Câmara Municipal de Cascavel, que por unanimidade, me encaminharam ofício, fazendo a mim, este pedido.

Razão pela qual, apresentamos este projeto hora em discussão. E segundo, Sr. Presidente, o nosso projeto visa declarar de utilidade pública a Liga Regional de Futebol de Cascavel, e não a diretoria e nem integrantes da mesma.

Por essa razão, acho realmente válido o nosso projeto e esperamos a aprovação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando recebi este projeto para dar Parecer na CCJ, desconhecia as alegações formuladas hoje, pelo Deputado Fidelcino Tolentino.

E, realmente, além das alegações formuladas pelo nobre Deputado Fidelcino, obtive recentemente, informações de que esta liga está constituída por elementos que fazem dessa instituição um departamento político do meu partido mas não da minha ala, Sr. Presidente, quero deixar bem claro.

Porque, quero deixar bem claro - a minha ala política em Cascavel não usa desses expedientes.

Nós utilizamos a praça pública para fazer política em Cascavel, usamos argumentos e mensagens consubstanciadas no programa que tem um grande sentido social do nosso partido.

Então quero deixar bem claro que para ser coerente com a minha posição de membro da Comissão de Constituição e Justiça, voto favorável, com essa ressalva feita nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Em discus-

são. Em votação. Rejeitado.

O SR. EDILSON ALENCAR – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto de autoria do Deputado Edilson Alencar, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Seis Srs. Deputados o aprovam.

vinte e nove Srs. Deputados o rejeitam. – Rejeitado.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 117/80, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que declara de utilidade pública a "Promoções Humanas Cristo Rei", com sede e foro no Município de Realeza. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 119/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública o "Clube de Caça e Pesca do Paraná", com sede no Município de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 125/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública o "Centro Social Santo Agostinho", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ribeiro, ocorrido na Cidade de Terra Rica. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, consubstanciado em pedido de informações, referente a publicação de matéria promocional em jornais. – Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH – (Pela ordem) – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados o aprovam;

20 Srs. Deputados o rejeitam. – Rejeitado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do INAMPS e Superintendente do INAMPS no Paraná, encarecendo a instalação de um Escritório de Representação da entidade e de um médico supervisor, para a zona urbana e rural do Município de Terra Roxa. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação, manifestando apoio ao projeto encaminhado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras ao MEC. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à PETROBRÁS, em forma de sugestão visando a

encampação da Usina Central de Porecatu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo sejam efetuados estudos, visando a inclusão nos currículos das escolas rurais, de uma disciplina relacionada com a atividade agropecuária.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Romero, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um trevo na Rodovia PR-323, que liga a Cidade de Umuarama.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de documentação-sugestão e fotocópia de requerimento de abaixo-assinado feito pelos moradores de Porto Mendes, com referência a indenização das áreas a não serem inundadas, bem como aos imóveis ali existentes.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/80.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem dos 25 anos de existência do "Lions Club de Irati".— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Instituto de Terras e Cartografia, consubstanciado em pedido de informações sobre área de terras em litígio, no Município de Assis Chateaubriand.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa deferre e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

14 Srs. Deputados o aprovam;

22 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Acadêmico Eloi Lohmann, pela sua eleição, a Presidente da Casa do Estudante Luterano Universitário, votos extensivos aos demais membros da Diretoria.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a revogação da Portaria n.º 188, que proíbe a expedição de atestados de sanidade física e mental, por parte do Posto de Saúde de Londrina.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações referente as obras de duplicação da Rodovia do Xisto.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da SUCEPAR, no sentido de que sejam realizadas obras de contenção da erosão em Altônia.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, às Bancas federais na Câmara e Senado Federal, encarecendo apoio e empenho em favor da estadualização das loterias existentes no País.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Resolução n.º 82/79.— Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, indagaria do nobre Deputado que se encontra presente, qual a finalidade do arquivamento, uma vez que se fez tanta questão de que essa matéria viesse a Plenário e se discutiu tanto sobre isto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, há que se ressaltar que na mesma oportunidade em que esta Casa aprovou o requerimento de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, Líder da Bancada do PDS, sugerindo que qualquer entrega de título de cidadão honorário fosse feita depois da apreciação deste projeto de lei.

No mesmo dia também esta Casa com votos do PDS aprovou o requerimento de minha autoria, pedindo a tramitação, em caráter extraordinário, deste mesmo projeto.

Ele não veio a Plenário, não foi discutido e eu entendi que é melhor ele ir para o arquivo e comentar-se esta matéria em outra oportunidade, para possibilitar à Casa, tomar as providências de entrega dos títulos que estão pendentes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS (Para encaminhar a votação).
Sr. Presidente, apenas para agradecer ao Deputado Facci.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.
Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, no sentido de que informe sobre a situação do Parque Marumby.— Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

seja oficiado a diversas autoridades educacionais do Estado, no sentido de que sejam sanadas as irregularidades que vem ocorrendo nas Faculdades de Ciências Econômicas e Ciências e Letras da Cidade de Apucarana. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com todo o respeito que tenho pelo Deputado Renato Bernardi, é preciso que se esclareça que é um pedido visando interesses políticos.

Não do Deputado Renato Bernardi, que o fez a pedido de pessoas da Cidade de Apucarana.

E conhecendo bem a situação em que se encontra a faculdade, e das providências adotadas pelo Senhor Secretário da Educação, era preciso que me manifestasse no encaminhamento dessa solicitação, formulada pelo eminente Deputado Renato Bernardi.

Por ocasião da indicação do Diretor daquela faculdade, a congregação reunida aprovou uma lista sextupla, cuja lista encaminhada ao Senhor Governador do Estado, que houve por bem, entre os nomes indicados, nomear um para Diretor daquela faculdade.

E diz que a pessoa, o homem é bom até quando ele deixa de ser.

Eu recebi vários telegramas naquela época, de lideranças políticas de Apucarana, da Congregação de Alunos, pedindo a indicação do Professor Valdir Marinho, para Diretor daquela faculdade.

Hoje, reunida a Congregação, e o Conselho de Curadores, pediam uma auditoria naquela faculdade para averiguar possíveis irregularidades na Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Cuja auditoria negada, pelo Senhor Diretor daquela faculdade, eu fui a Apucarana, junto com os Curadores e procurei dialogar com o Senhor Diretor e ele prometeu que abriria as portas, para que os Curadores pudessem tomar conhecimento da situação da Faculdade de Apucarana.

Isto não aconteceu.

Continuou os reclamos e em seguida, recebendo apoio da população de Apucarana, dirigi uma solicitação ao Senhor Secretário da Educação, nos seguintes termos: "Com o presente, tendo em vistas as posições adotadas pelo Senhor Diretor da Fundação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, o que vem depondo contra o bom nome da faculdade, trazendo descontentamento aos curadores e à comunidade, tornando insustentável a sua posição na direção daquela Fundação.

Depois de ouvir várias pessoas ligadas à faculdade, líderes políticos, Vereadores, Prefeitos, e com a responsabilidade de ter avalizado esta indicação na época, vem respeitosamente solicitar de Vossa Excelência propor ao Senhor Governador do Estado, o afastamento do Senhor Valdir Marinho, para que assuma o Vice-Diretor Professor Faustino Vieira, que possui bom trânsito na comunidade e dentro da fundação, podendo regularizar a situação da faculdade.

Esperando poder contar com o apoio de Vossa Excelência, antecipo os agradecimentos pela atenção que dispensar, valendo-me do ensejo para apresentar as minhas cordiais saudações.

Deputado Gilberto Carvalho".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Senhor Secretário, segundo me consta, já designou uma Comissão de Sindicância, para fazer averiguação naquela faculdade, e constatando irregularidade por esta Comissão, será pedido o afastamento, a tramitação legal para o afastamento desse diretor, e se isto ainda não aconteceu, porque quando iniciamos o diálogo para que fosse concedida essa auditoria, houve uma ação, pedindo auditoria judicial.

Quando nós nos afastamos, aguardando a decisão da justiça.

Depois, em seguida, com o recurso interposto pelo Senhor Diretor da faculdade, com o mandado de segurança, nós voltamos, agora, a insistir no pedido.

Por isso não vejo motivo de pedir providências, porquanto as providências foram tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.
Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

4 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 117, 119 e 125/80.

Levanta-se a sessão.